

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Eleitoral > Classificação > Alistamento Eleitoral > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF) > Direito Constitucional > Capacidade Eleitoral Ativa > Direitos Políticos Positivos > Alistamento Vedado (Inalistabilidade)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 14

1. [Q3120732] No tocante aos direitos políticos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos.
- b) Não podem alistar-se durante o período do serviço militar obrigatório os conscritos.
- c) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
- d) São condições de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta anos para Governador.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Eleitoral > Capacidade Eleitoral Passiva > Elegibilidade do militar > Elegibilidade > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF) > Direitos Políticos Positivos > Direito Constitucional

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 15

2. [Q3120733] Atendidas determinadas condições constitucionais, o militar alistável é elegível. Neste contexto, assinale a alternativa que contém CORRETAMENTE uma dessas condições.

- a) Se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará, após autorização, no ato da diplomação, para a inatividade.
- b) Se contar mais de quinze anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
- c) Se contar menos de dez anos de serviço, passará para inatividade.
- d) Se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Eleitoral > Direitos Políticos Negativos > Restrição dos direitos políticos > Princípio da anterioridade eleitoral > Princípio da anterioridade ou princípio da anualidade eleitoral (artigo 16 da CF) > Ação de Impugnação de mandato eletivo > Direito Constitucional > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF) > Princípio da Anterioridade Eleitoral > Prazo para o ajuizamento > Hipóteses de perda e de suspensão de direitos políticos ou cassação, perda e suspensão de direitos políticos (artigo 15 da CF) > Princípios do Direito Eleitoral > Cassação dos direitos políticos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 16

3. [Q3120734] Essencialmente sobre os direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA, conforme Constituição Federal de 1988.

- a) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- b) É legal a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado.
- c) É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de incapacidade civil relativa e na condenação criminal.

- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Condições de Elegibilidade > Alistamento Eleitoral > Elegibilidade > Prazo para o ajuizamento > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF) > Direitos Políticos Positivos > Ação de Impugnação de mandato eletivo > Capacidade Eleitoral Passiva > Direitos Políticos Negativos > Inelegibilidades absolutas e relativas > Incompatibilidade e desincompatibilização > Alistamento Obrigatório > Classificação > Domicílio eleitoral > Direito Eleitoral

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 49

4. [Q2802659] “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei.”

Sobre os Direitos Políticos disciplinados na Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- b) Domicílio eleitoral na circunscrição não é condição de elegibilidade.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de dez dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 25

5. [Q3303513] No que diz respeito às penas impostas pela Lei de improbidade, independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, estará o responsável pelo ato de improbidade sujeito às penas dispostas na lei, que podem ser aplicadas:

- a) Isolada e interdependente, de acordo com a relevância do fato.
- b) Isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.
- c) Isolada ou cumulativamente, independentemente da gravidade do fato.
- d) Isolada ou interdependente, de acordo com periculosidade do fato.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 26

6. [Q3303526] Assinale a alternativa que NÃO corresponde a atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito.

- a) Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.
- b) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- c) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

- d) Perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 27

7. [Q3303532] Acerca dos contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O regime predominante é de direito público.
- b) Caracteriza-se sempre pela verticalidade na relação entre a administração e o particular contratado.
- c) Serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- d) Possuem cláusulas exorbitantes.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 18

8. [Q3303435] Este princípio afirma que a administração pública não pode, após concluído o procedimento licitatório, atribuir o objeto da licitação a outrem que não o vencedor. De acordo com a Lei 14.133/21, o enunciado refere-se ao:

- a) Princípio do julgamento objetivo.
- b) Princípio do julgamento subjetivo.
- c) Princípio da adjudicação compulsória.
- d) Princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Entidades Paraestatais e o Terceiro Setor > Administração Direta > Administração Indireta

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente Administrativo / Questão: 29

9. [Q3144737] O conjunto de órgãos administrativos integrantes das pessoas políticas do Estado, que executa diretamente suas atividades administrativas de forma centralizada, é conhecido como administração:

- a) direta
- b) indireta
- c) vinculada
- d) paraestatal

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Elementos, Requisitos e Pressupostos dos Atos Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 11

10. [Q2820901] Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao requisito do ato administrativo:

- a) A presença de motivação, quando a lei exige, é defeito de forma do ato, pois motivação é informal.
- b) O objeto do ato administrativo está ligado aos efeitos imediatos decorrentes do ato.

- c) Nenhum ato deve ser praticado voltado para satisfazer o interesse público, tratando-se, por isso, de requisito vinculado, pois se admite fim diverso.
- d) A competência é o poder atribuído ao agente público para o desempenho de suas funções. Trata-se de atribuição improrrogável, uma vez que o seu não exercício não a extingue pelo desuso.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Atributos, Características ou Prerrogativas dos Atos Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 22

- 11. [Q3176611]** O ato administrativo reveste-se de propriedades jurídicas específicas, que o distingue do ato de direito privado, quais sejam, segundo a mais moderna doutrina presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade. Sob esta ótica a respeito da presunção de legitimidade, é CORRETO afirmar que:
- a) O ato administrativo tem fé pública e goza de presunção de legitimidade. Somente em situações excepcionais, desde que haja prova robusta e cabal, se pode autorizar o afastamento da justificativa do interesse público à sua desconstituição.
 - b) Aplica-se exclusivamente atos administrativos decorrentes da atividade legalmente exercida pelo poder legislativo.
 - c) Trata-se presunção absoluta, inadmitindo contestação em qualquer instância.
 - d) Não implica sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Conceito e características > Administração Direta

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 26

- 12. [Q3121947]** Divide-se, a Administração Pública, em direta e indireta, com vistas à prestação de serviço público nas áreas de interesse coletivo, como saúde, educação, transporte, previdência, segurança pública e desenvolvimento econômico. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que conceitua CORRETAMENTE a Administração Pública direta.
- a) A administração direta compreende órgãos e entidades que atuam de forma autônoma, sem qualquer subordinação ao Poder Executivo.
 - b) Administração direta é o conjunto de entidades e empresas públicas que exercem atividades econômicas em nome do Estado.
 - c) A administração direta é formada por autarquias, fundações e empresas estatais, responsáveis por executar as políticas públicas.
 - d) A administração direta é constituída pelos órgãos relacionados aos entes da federação, como a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, subordinando-se ao chefe do executivo do respectivo ente.
 - e) A administração direta abrange as organizações sociais e as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) que atuam em parceria com o Estado.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Poder de Polícia > Manifestações do Poder de Polícia

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 27

- 13. [Q3121948]** O poder de polícia é uma prerrogativa fundamental exercida pela administração pública para regular, fiscalizar e controlar as atividades particulares. Esse poder, conferido pelo ordenamento jurídico, permite que o Estado intervenha de maneira preventiva e reguladora em diversas esferas da sociedade, assegurando o equilíbrio entre os direitos individuais e as necessidades da coletividade. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que define CORRETAMENTE o poder de polícia da administração pública:
- a) O poder de polícia é exclusivo da Polícia Federal, sendo responsável pela investigação e repressão de crimes federais.
 - b) Poder de polícia é a capacidade da administração pública de fiscalizar e regulamentar as atividades particulares, visando ao bem-estar coletivo e ao interesse público.

- c) O poder de polícia é a prerrogativa dos órgãos judiciais de julgar os processos administrativos instaurados pela administração pública.
- d) Poder de polícia é a autorização dada à administração pública para intervir diretamente nas atividades privadas, visando à maximização dos lucros.
- e) O poder de polícia é restrito aos órgãos de segurança pública, permitindo-lhes o uso da força para manter a ordem e a tranquilidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Atos Negociais > Autorização

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 28

14. [Q3121949] O ato administrativo é uma manifestação unilateral da administração pública, pautada pela aplicação da lei e destinada a produzir efeitos jurídicos específicos no âmbito do Direito Administrativo. Esses atos representam a materialização das decisões dos órgãos e agentes públicos, possuindo caráter normativo, executório e regulamentar, como, por exemplo, a autorização. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que define CORRETAMENTE a autorização:

- a) É o ato administrativo vinculado que consiste em exonerar alguém de dever legal, caso se encontrem presentes determinados requisitos.
- b) É o ato administrativo vinculado que faculta ao beneficiário o desfrute de situação regulada pela norma jurídica.
- c) É o ato administrativo, ampliativo de direitos, que consiste na outorga da possibilidade de prática de determinada conduta.
- d) É o ato administrativo vinculado, por meio do qual se reconhece a alguém o direito de ingressar em determinada situação jurídica.
- e) É o ato administrativo vinculado de controle de legalidade que cuida da conformação de um ato administrativo à lei, dando eficácia ao ato controlado.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Classificação quanto ao órgão > Controle Legislativo ou Parlamentar > Controle Administrativo > Controle Administrativo > Controle Legislativo ou Parlamentar > Limites ao controle judicial > Características básicas do controle judicial > Controle Judicial > Controle Judicial

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 29

15. [Q3121952] O controle da administração pública é mecanismo de fiscalização e supervisão das atividades do Estado, garantindo que estas sejam realizadas de acordo com a legalidade, a moralidade, a eficiência e o interesse público. Trata-se de um conjunto de instrumentos e procedimentos que visam monitorar e corrigir possíveis desvios, abusos ou irregularidades cometidos pelos órgãos e agentes públicos no exercício de suas funções. Em relação às espécies de controle da administração pública, analise os casos concretos apresentados em cada alternativa e assinale a opção que aponta INCORRETAMENTE um dos meios de controle da administração pública:

- a) Dá-se o controle administrativo quando é oposto um recurso hierárquico contra atuação dirigido à chefia do setor de fiscalização.
- b) Dá-se controle legislativo quando a Comissão Parlamentar de Inquérito convoca um Ministro de Estado para prestar informações sobre assunto previamente determinado.
- c) Dá-se o controle judicial quando um cidadão, visando anular um ato administrativo lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, provoca o Poder Judiciário mediante a propositura de uma ação civil pública.
- d) Dá-se controle legislativo quando o Congresso Nacional susta a execução de contrato administrativo objeto de impugnação perante o Tribunal de Contas da União, como forma de controle financeiro sobre a administração pública.
- e) Dá-se controle judicial quando um cidadão, para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, impetra um *habeas data*.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Atributos, Características ou Prerrogativas dos Atos Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 30

16. [Q3121955] O ato administrativo reveste-se de propriedades jurídicas específicas, decorrentes da supremacia do interesse público sobre o privado e apresentam características, ou atributos que o distinguem das demais categorias de atos jurídicos. A respeito dos atributos do ato administrativo, conforme a mais moderna doutrina, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A imperatividade consiste no atributo que permite à Administração Pública aplicar punições aos particulares por violação da ordem jurídica, sem necessidade de ordem judicial.
- b) A exigibilidade é o atributo que permite que a Administração Pública realize a execução material dos atos administrativos ou de dispositivos legais, usando a força física, se for preciso, para desconstituir situação violadora da ordem jurídica.
- c) A autoexecutoriedade consiste no atributo pelo qual o ato administrativo pode criar unilateralmente obrigações aos particulares, independentemente da anuência destes.
- d) A tipicidade diz respeito ao atributo segundo o qual, em situações específicas, o ato administrativo pode ser praticado à margem da lei.
- e) A presunção de legitimidade significa que o ato administrativo é considerado válido juridicamente até prova em contrário.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Disposições gerais (artigo 37 da CF) > Direito Constitucional > Remuneração > Fixação da remuneração e revisão geral anual > Administração Pública (artigos 37 a 43 da CF) > Teto de remuneração e de subsídios

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 13

17. [Q3165322] A associação de servidores públicos do Município X entrou com ação perante o Judiciário, solicitando a vinculação do seu salário ao índice anual IPCA, para que sua remuneração não fique defasada em face da inflação. Nesse sentido, assinale CORRETAMENTE, com base no art. 37 da Constituição Federal.

- a) Tal pleito é legítimo, com base no princípio da impessoalidade, pois assim todos os servidores teriam seus salários atualizados automaticamente.
- b) Tal pleito não pode ser procedente, pois conforme o princípio da eficiência, essa não seria a maneira adequada de vincular sua remuneração perante o erário, existindo outros meios jurídicos de assim proceder.
- c) Tal pleito é legítimo, pois a remuneração deles nunca excederia o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, única barreira existente nesse sentido, estabelecida pelo constituinte.
- d) Tal pleito não pode ser procedente, pois o constituinte foi expresso ao proibir a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Princípios que regem a Administração Pública ou Princípios constitucionais da Administração Pública ou Princípios expressos e implícitos da Administração Pública > Princípio da Legalidade > Administração Pública (artigos 37 a 43 da CF) > Direito Constitucional > Princípios Expressos ou explícitos na Constituição

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Guarda Municipal / Questão: 16

18. [Q2916020] O princípio da Legalidade possui duas faces, conforme o receptor para o qual este é direcionado na Constituição Federal. Nesse sentido, assinale a alternativa que indica, CORRETAMENTE, as definições e os receptores respectivos a esse princípio.

- a) Legalidade ampla: dirigida aos agentes públicos; Legalidade dirimida: dirigida aos administrados.
- b) Legalidade administrativa: dirigida ao administrador; Legalidade reforçada: dirigida aos agentes públicos.
- c) Legalidade ampla: dirigida aos administrados; Legalidade administrativa: dirigida aos administradores.
- d) Legalidade dirigida : dirigida aos administradores; Legalidade reforçada: dirigida aos agentes públicos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Disposições gerais (artigo 37 da CF) > Direito Administrativo > CF/88 -Da Administração Pública (Título III, Capítulo VII - Arts. 37 a 43)

19. [Q2916028] Conforme a Constituição Federal de 1988, art. 37, assinale a alternativa que define CORRETAMENTE os entes aos quais os princípios da Administração Pública são aplicados:

- a) Administração pública indireta de qualquer dos Poderes, exceto do Legislativo dos Municípios.
- b) Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes.
- c) Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes, exceto o Judiciário Federal.
- d) Administração pública direta de qualquer dos Poderes, apenas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Princípios Expressos ou explícitos na Constituição

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente Administrativo / Questão: 26

20. [Q3144733] Os princípios da administração pública são de grande relevância por estabelecer as bases para uma gestão pública eficiente, transparente e responsável, garantindo o atendimento das necessidades da sociedade e o cumprimento das finalidades do Estado. Afirmar que o princípio que exige dos agentes públicos comportamentos compatíveis com o interesse público que cumpre atingir, que são voltados para os ideais e valores coletivos segundo a ética institucional, é definido como princípio

- a) autoexecutoriedade.
- b) autoridade.
- c) moralidade.
- d) legalidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Conceito e características > Atributos, Características ou Prerrogativas dos Atos Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente Administrativo / Questão: 27

21. [Q3144734] Maria Sylvia Zanella Di Pietro define o ato administrativo como a expressão da vontade do Estado ou de seus representantes, capaz de produzir efeitos jurídicos imediatos, submetido à lei, ao direito público e ao controle pelo Poder Público. Assinale, entre as alternativas, aquela que apresenta uma característica do ato administrativo.

- a) Legalidade.
- b) Coercibilidade.
- c) Conteúdo.
- d) Imperatividade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Conceito e características > Poderes Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente Administrativo / Questão: 11

22. [Q3144641] No Brasil, os poderes da administração pública são essenciais para a garantia do interesse público e para a efetivação dos direitos e garantias dos cidadãos, mas devem ser exercidos com responsabilidade e respeito aos princípios constitucionais e aos direitos fundamentais. Isso posto, é CORRETO afirmar que a prerrogativa que tem a Administração Pública de optar, dentre duas ou mais soluções, por aquela que, segundo critérios de conveniência e oportunidade, melhor atenda aos interesses públicos no caso concreto, é definida como Poder

- a) Discricionário.

- b) Disciplinar.
- c) Normativo.
- d) de Polícia.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. > Das Licitações > Da Fase Preparatória > Modalidades de Licitação > Das Modalidades de Licitação

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente Administrativo / Questão: 12

23. [Q3144643] A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, prevê em seu art. 28 as modalidades de licitação. Assinale a alternativa que lista corretamente as modalidades de licitação previstas por essa lei.

- a) Leilão, carta convite, diálogo competitivo, negociação direta e pregão.
- b) Concorrência, pregão, tomada de preços, concurso e leilão.
- c) Pregão, concorrência, concurso, leilão e diálogo competitivo.
- d) Diálogo competitivo, tomada de preços, leilão, concorrência e pregão.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 8.112/1990

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Agente Administrativo / Questão: 29

24. [Q3127045] No que concerne ao Código de Ética Profissional do Servidor Público, julgue a questão.

Exclui-se dos deveres fundamentais do servidor público:

- a) Desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular.
- b) Tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- c) Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- d) Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- e) Comunicar imediatamente a seus colegas todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 8.112/1990

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Agente Administrativo / Questão: 30

25. [Q3127051] Sobre os conhecimentos referentes ao Código de Ética Profissional do Servidor Público, julgue a questão.

Retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público, está expressamente associado à:

- a) Vedação ao servidor público.
- b) Orientação ao servidor público.
- c) Conduta do servidor público.
- d) Punição ao servidor público.

- e) Orientação ao servidor público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação > Capítulo II - Do acesso a informações e da sua divulgação

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Almojarife / Questão: 29

26. [Q3126850] A Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), trata de assuntos de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e também dos Municípios. Os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos disponíveis. A divulgação na internet é obrigatória e, para isso, os sites da internet deverão:

- a) Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem formal.
- b) Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos.
- c) Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e possíveis de serem lidos por máquina.
- d) Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação.
- e) Todas as alternativas estão incorretas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação > Capítulo I - Disposições Gerais

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Almojarife / Questão: 30

27. [Q3126855] A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas e é aplicável aos três poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Esta Lei representou um importante passo para a consolidação do regime democrático brasileiro e para o fortalecimento das políticas de transparência pública. A respeito das definições trazidas pela lei, assinale a alternativa que CORRETAMENTE aponta o conceito de primariedade relacionada à informação.

- a) Que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- b) Relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- c) Coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.
- d) Que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- e) Não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Capítulo IV - Das restrições de acesso à informação > Seção II - Da Classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo > Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Almojarife / Questão: 36

28. [Q3126892] Segundo a Lei nº 12.527/2011, o prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada como ultrassecreta é, em regra, de:

- a) 30 anos.
- b) 150 anos.
- c) 15 anos.
- d) 25 anos.

e) 50 anos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Capítulo I - Disposições Gerais > Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Almojarife / Questão: 37

29. [Q3126897] De acordo com a Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso a Informações, aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, cabe assegurar a:

I- Proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

II- Proteção da informação pessoal, observada a sua disponibilidade, autenticidade, integridade e eventual restrição de acesso.

III- Gestão transparente da informação, propiciando restrito acesso a ela e sua divulgação.

Assinale a alternativa que contém os itens CORRETOS.

a) I e II.

b) I e III.

c) II e III.

d) I, apenas.

e) II, apenas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação > Capítulo I - Disposições Gerais

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Almojarife / Questão: 21

30. [Q3126804] Segundo a Lei nº 12.527/2011, que se refere ao acesso à informação e da sua divulgação, analise as afirmativas e assinale a alternativa CORRETA:

I- Subordinam-se a essa lei os órgãos públicos integrantes da administração direta apenas dos Poderes Executivo e Legislativo.

II- Esta Lei prevê como um de suas diretrizes a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.

III- Assegura-se a proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.

IV- No que compete à divulgação de informações de interesse coletivo, o sítio disposto para tal deverá conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

a) Somente a I está incorreta.

b) Somente a II está incorreta.

c) Somente a III está incorreta.

d) Somente a IV está incorreta.

e) Todas as afirmativas são corretas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Estado, Governo e Administração Pública > Conceitos e elementos

31. [Q2917488] Os conceitos de Estado, Governo e Administração Pública são essenciais para a compreensão dos diversos ramos do Direito Administrativo. A respeito de tais conceitos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Governo é sinônimo de Estado.
- b) A Administração Pública é realizada pelo Poder Executivo.
- c) Exercem poder político no Estado os poderes que exercem funções executivas e legislativas, excluído o poder que exerce função judiciária.
- d) O Estado é um povo situado em determinado território e sujeito a um governo soberano.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Fontes do Direito Administrativo > Fontes primárias, principais ou diretas

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Guarda Municipal / Questão: 22

32. [Q2917489] Segundo José dos Santos Carvalho Filho, o Direito Administrativo é definido como o conjunto de normas e princípios que, visando sempre ao interesse público, regem as relações jurídicas entre as pessoas e órgãos do Estado e entre estes e as coletividades a quem devem servir" (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Lume Juris, 2009, p. 8), sendo sua fonte primária:

- a) A doutrina.
- b) A jurisprudência.
- c) A lei.
- d) Os costumes.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Administração Direta

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 19

33. [Q3120737] Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, EXCETO.

- a) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, não poderá permanecer filiado a esse regime, no ente federativo de origem.
- b) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- c) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 20

34. [Q3120738] Conforme a Lei n.º 14.133/21, contratante é:

- a) Pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.
- b) Agente público dotado de poder de decisão.
- c)

Indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública.

d) Pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Pregão - Lei n. 10.520/2002

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Ocara - CE / Técnico em Enfermagem / Questão: 11

35. [Q2861541] Conforme a Lei n.º 10.520/02 – Lei do Pregão, a fase externa do Pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará algumas regras, **EXCETO**.

- a)** Prazo fixado para a apresentação das propostas, contando a partir da publicação do aviso, será inferior a 8 (oito) dias úteis.
- b)** No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderá fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.
- c)** A convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local e, facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento.
- d)** Verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Ocara - CE / Técnico em Enfermagem / Questão: 12

36. [Q2861542] Assinale a alternativa **INCORRETA** conforme a Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei n.º 14.133/21.

- a)** Aplica-se a Lei nas Prestações de serviços, exceto os técnicos profissionais especializados.
- b)** Aplica-se a Lei nas contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c)** Aplica-se a Lei na concessão e permissão de uso de bens públicos.
- d)** Aplica-se a Lei na compra, inclusive por encomenda.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Ocara - CE / Técnico em Enfermagem / Questão: 13

37. [Q2861543] Esta Lei de Licitações e Contratos – Lei n.º 14.133/21, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Conforme essa norma, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a)** Considera-se órgão, a unidade de atuação integrante da estrutura da administração pública.
- b)** Considera-se licitantes, apenas as pessoas físicas ou consórcio de pessoas jurídicas, que participam ou manifestam a intenção de participar de processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o oferecedor ou prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da administração, oferece proposta.
- c)** Considera-se contratante, a pessoa jurídica integrante da administração pública responsável pela contratação.
- d)** Considera-se obra, toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Princípios Expressos ou explícitos na Constituição

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 16

38. [Q2820906] Supondo que em determinado município tenha sido expedido um certo decreto municipal concernente a Fiscais de Postura, e que tal norma esteja enfrentando críticas por parte de seus munícipes, tendo em vista que: I – favorece apenas a família do prefeito; e II – impõe deveres gerais aos moradores não previstos em lei.

Neste caso, os princípios administrativos ofendidos na situação hipotética descrita são, respectivamente:

- a) Moralidade e publicidade
- b) Competência e finalidade.
- c) Razoabilidade e proporcionalidade.
- d) Impessoalidade e legalidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Concurso Público

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 13

39. [Q2820903] A entrada no serviço público está sujeita ao cumprimento de termos e condições previstos na legislação. Analise as alternativas a seguir e assinale a CORRETA:

- a) Sempre deverá ocorrer a submissão a prévio concurso público de títulos e documentos, para cargos, empregos e funções públicas, independentemente do prazo de duração do vínculo funcional.
- b) A obrigatoriedade de submissão a concurso público de provas e títulos para provimento de cargos e empregos públicos, admitindo-se a inclusão de outros requisitos de habilitação se houver previsão legal e pertinência com as atribuições a serem executadas pelo servidor.
- c) A possibilidade de nomeação para cargos de livre provimento, podendo ser temporários ou permanentes, passíveis de extinção apenas por meio de processo administrativo disciplinar
- d) O concurso público de provas e títulos, necessário para provimento de cargos públicos, vedada a exigência de outros requisitos de habilitação, como exames psicotécnicos ou físicos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei 8.666/93

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 12

40. [Q2820902] Analise os itens em relação à Lei n. 8.666/1993, assinalando a alternativa CORRETA:

- a) O regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei n. 8.666/1993 confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- b) De acordo a legislação pertinente, é vedada, pela autoridade competente, ainda que prevista no instrumento convocatório, a exigência de prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- c) Após a fase de adjudicação, ocorre a fase de homologação da licitação.
- d) É possível afirmar que a modalidade concorrência é a única admitida para contratar obras e serviços de engenharia.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Direito Constitucional > Disposições gerais (artigo 37 da CF) > Remuneração

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente de Desenvolvimento Infantil / Questão: 19

41. [Q2820869] A associação de servidores públicos do Município X entrou com ação perante o Judiciário, solicitando a vinculação do seu salário ao índice anual IPCA, para que sua remuneração não fique defasada em face da inflação. Nesse sentido, assinale a alternativa CORRETA com base no art. 37 da Constituição Federal.

- a) Tal pleito não pode ser procedente, pois o constituinte foi expresso ao proibir a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- b) Tal pleito é legítimo, com base no princípio da impessoalidade, pois, assim, todos os servidores teriam seus salários atualizados automaticamente.
- c) Tal pleito não pode ser procedente, pois conforme o princípio da eficiência, essa não seria a maneira adequada de vincular sua remuneração perante o erário, existindo outros meios jurídicos de, assim, proceder.
- d) Tal pleito é legítimo, pois a remuneração deles nunca excederia o subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, única barreira existente nesse sentido, estabelecida pelo constituinte.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Disposições gerais (artigo 37 da CF) > Direito Administrativo > Acumulação de cargos e de empregos públicos > Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas > Administração Pública (artigos 37 a 43 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente de Desenvolvimento Infantil / Questão: 20

42. [Q2820870] A acumulação remunerada de cargos públicos, conforme a Constituição Federal, é vedada em regra. Assinale a alternativa que NÃO engloba uma das exceções previstas no texto constitucional.

- a) Dois cargos de professor.
- b) Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c) Um cargo técnico com outro científico.
- d) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Conceito e Natureza Jurídica do Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 22

43. [Q2820932] O Direito Administrativo é conjunto de princípios e normas reguladoras do exercício da função administrativa. Neste sentido, é CORRETO afirmar que o Direito Administrativo:

- a) É ramo do direito privado que disciplina a função administrativa do Estado.
- b) Desconsidera, quando das relações com os entes privados, os fins almejados pelo Estado.
- c) Tem por objetos órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública.
- d) Confere ao Estado poderes amplos e absolutos, sobretudo quando está em questão o interesse público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Atos Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 23

44. [Q2820933] O ato administrativo reveste-se de propriedades jurídicas específicas, que o distingue do ato de direito privado, quais sejam, segundo a mais moderna doutrina, presunção de legitimidade, imperatividade, exigibilidade, autoexecutoriedade e tipicidade. Sob esta ótica, a respeito da presunção de legitimidade, é CORRETO afirmar que:

- a) O ato administrativo tem fé pública e goza de presunção de legitimidade. Somente em situações excepcionais, desde que haja prova robusta e cabal, se pode autorizar o afastamento da justificativa do interesse público à sua desconstituição.
- b) Aplica-se exclusivamente aos atos administrativos decorrentes da atividade legiferante exercida pelo poder legislativo.
- c) Trata-se presunção absoluta, inadmitindo contestação em qualquer instância.
- d) Não implica sujeição da Administração Pública ao princípio da legalidade.

45. [Q2820927] Quanto à formalização dos contratos administrativos (Lei 8.666/93) é INCORRETO afirmar que:

- a) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
- b) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- c) A Administração deverá, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.
- d) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, mediante o pagamento dos emolumentos devidos.

46. [Q2831240] Conforme o texto da Lei nº 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA.

- a) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo, improrrogável, de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos.
- b) As sanções eventualmente aplicadas em outras esferas não poderão ser compensadas com as sanções aplicadas nos termos da Lei de Improbidade Administrativa.
- c) A presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor, em caso de revelia, aplica-se na ação de improbidade administrativa.
- d) A sanção de suspensão de direitos políticos observará o limite máximo de 20 (vinte) anos.

47. [Q2831273] No que diz respeito aos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA quanto aos seus elementos.

- a) O objeto é o efeito jurídico imediato; a finalidade, o efeito mediato.
- b) O objeto é o efeito jurídico mediato; a finalidade, o efeito imediato.
- c) O objeto e a finalidade são efeitos imediatos.
- d) A finalidade e o objeto são efeitos mediatos.

48. [Q2831277] Ester foi convocada para atuar como Júri em determinado processo que corria no Tribunal da sua cidade. Por conta disso, pode-se afirmar que Ester exercerá a função de:

- a) Agente honorífica.
- b) Agente delegada.
- c) Agente credenciada.
- d) Agente política.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Estabilidade dos Agentes Públicos > Aproveitamento > Efetividade, Estabilidade e Vitaliciedade dos Agentes Públicos > Disponibilidade > Estabilidade e Estágio Probatório > Direito Constitucional > Servidores Públicos (artigos 39 a 41 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Agente Comunitário de Saúde / Questão: 19

49. [Q3014188] Caso o servidor público tenha extinguido o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração _____, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. Conforme a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna.

- a) Integral ao tempo de serviço.
- b) Proporcional ao tempo de serviço.
- c) Reduzida, conforme tempo de serviço.
- d) Proporcional ao tempo da disponibilidade.
- e) Reduzida, conforme tempo da disponibilidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 11

50. [Q2802262] A importância da Lei de Improbidade Administrativa está em oferecer mecanismos para sancionar civilmente, mas de forma eficaz, condutas atentatórias ao Erário ou contrárias aos princípios da Administração Pública. O caráter civil da lei proporciona uma maior agilidade em comparação com os instrumentos do processo penal.

A respeito dos dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, atrai a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Consideram-se agente público, o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades citadas na referida lei.
- c) Não estão sujeitos às sanções desta Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- d) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevacente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Conceito e Natureza Jurídica do Direito Administrativo > Objeto e Abrangência do Direito Administrativo

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 21

51. [Q3168573] O Direito Administrativo é conjunto de princípios e normas reguladoras do exercício da função administrativa. Neste sentido, é CORRETO afirmar que o Direito Administrativo:

- a) É ramo do direito privado que disciplina a função administrativa do Estado.
- b) Desconsidera, quando das relações com os entes privados, os afins almejados pelo Estado.
- c) Tem por objetos órgãos, agentes e pessoas jurídicas administrativas que integram a Administração Pública.
- d) Confere ao Estado poderes amplos e absolutos, sobretudo quando está em questão o interesse público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Acumulação de cargos e de empregos públicos > Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas > Administração Pública (artigos 37 a 43 da CF) > Direito Administrativo > Disposições gerais (artigo 37 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 14

52. [Q3168548] A acumulação remunerada de cargos públicos, conforme a Constituição Federal, é vedada em regra. Assinale a alternativa que NÃO engloba uma das exceções previstas no texto constitucional.

- a) Dois cargos de professor.
- b) Um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- c) Um cargo técnico com outro científico.
- d) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Responsabilidade Civil do Estado

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo I / Questão: 43

53. [Q2803751] Assinale a alternativa que melhor explica a Teoria do Risco Social.

- a) A sociedade é considerada culpada pelos acidentes de trabalho que acontecem nas empresas.
- b) A sociedade é considerada causadora dos acidentes de trabalho que acontecem nas empresas.
- c) A sociedade é quem deve arcar com o ônus das indenizações aos trabalhadores, decorrentes dos acidentes.
- d) A sociedade é quem deve cobrar das empresas os ônus decorrentes dos acidentes de trabalho que ocorrem nas suas dependências.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 23

54. [Q2802516] Improbidade administrativa é todo o ato realizado por agente público que fira os princípios fundamentais da Administração Pública, sendo esses a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Tais princípios estão previstos na Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 37.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Não estão sujeitos às sanções da lei de improbidade administrativa os atos praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba subvenção, benefício ou incentivo, fiscal ou creditício, de entes públicos ou governamentais.
- b) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c)

Exceto quando integrarem a administração indireta, estão sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra no seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.

- d)** Para a Lei de Improbidade Administrativa, é agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 24

- 55. [Q2802518]** Jardel é servidor público de um determinado município e está lotado na Secretaria de Saúde, onde fica responsável pelas compras de medicamentos para abastecimento dos postos de saúde. Jardel utiliza, diariamente, o carro da secretaria para buscar seus filhos na escola e, logo após, devolve o veículo de volta para casa de transporte público.

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, o referido caso se configura como:

- a)** Dano ao erário.
- b)** Enriquecimento ilícito.
- c)** Atentar contra os princípios da administração pública.
- d)** Dano ao erário na modalidade culposa.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Poderes da Administração

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 25

- 56. [Q2802523]** Os poderes da Administração Pública consistem em prerrogativas especiais e instrumentos que o ordenamento jurídico confere ao Estado para que este cumpra suas finalidades institucionais para a busca do interesse público.

Em relação aos poderes hierárquico e regulamentar, assinale a afirmativa CORRETA.

- a)** É possível identificar o poder de fiscalização em situações que não possuem vinculação com o poder hierárquico.
- b)** As determinações expedidas aos subordinados, por meio de atos normativos, são exemplos do poder regulamentar.
- c)** As relações hierarquizadas alcançam as entidades resultantes da aplicação da técnica de descentralização.
- d)** O subordinado jamais poderá deixar de cumprir as ordens de autoridade superior quando ela for manifestadamente competente.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Atos Discricionários

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 26

- 57. [Q2802528]** É fonte do ato administrativo discricionário:

- a)** A lei.
- b)** A doutrina administrativa.

- c) Costumes.
- d) Jurisprudência.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Atos Normativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 27

58. [Q2802531] A doutrina clássica traz os atos administrativos divididos em espécies, e a lista de atos pertencentes a essas espécies constam, dentre outros, os atos enunciativos, os negociais, os ordinatórios, os punitivos e os normativos.

Dentre os atos normativos, é CORRETO apontar como exemplo:

- a) Alvará para construção.
- b) Licença.
- c) Regimento interno.
- d) Parecer técnico.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Autoexecutoriedade

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 28

59. [Q2802536] “Os atos administrativos possuem qualidades normativas que os particularizam: são normas estatais, dotadas, por isso, de prerrogativas que os atos privados não possuem. Essas qualidades ou particularidades são chamadas, no Direito Administrativo, de atributos. O tema é repleto de controvérsias. Há quem considere que eles se restringem a apenas uma parcela de atos: os restritivos de direitos. Inexiste, ademais, consenso sobre quais são os atributos. Em relação aos atributos aceitos pela maioria da doutrina, há questões espinhosas. É, por exemplo, bastante controverso saber quando cessa a presunção de legitimidade. Também é problemático identificar quando está e quando não está presente a executoriedade.”

FONTE: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/>

Com referência ao atributo da executoriedade, típico dos atos administrativos, é possível AFIRMAR que:

- a) Permite ao ato impor obrigações unilateralmente a terceiros não integrantes da Administração.
- b) Torna o ato apto à produção de efeitos, mesmo que limitado por condição resolutiva.
- c) Verifica se o ato foi produzido de acordo com as normas legais pertinentes à sua validade.
- d) Autoriza o Estado a agir proativa e materialmente, a fim de garantir o cumprimento do seu ato.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 29

60. [Q2802541] Rita é uma agente pública da área de saúde, exercendo regularmente um cargo efetivo de enfermeira. A fim de aumentar seu orçamento familiar, Rita pretende prestar outro concurso e acumular os cargos públicos. Sobre essa situação, julgue as assertivas a seguir:

I- Se Rita for militar das Forças Armadas, ela poderá acumular outro cargo público de enfermeira.

II- Rita poderá acumular seu cargo atual com um cargo de professora em uma faculdade pública de enfermagem.

III- Rita poderá cumular outro cargo público técnico, fora da área de saúde, ao seu cargo atual de enfermeira.

Está(ão) CORRETO(S) o(s) seguinte(s) item(s):

- a) II, apenas.
- b) I, apenas.
- c) I e III.
- d) I e II.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Pregão - Lei n. 10.520/2002

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 30

61. [Q2802546] Determinada empresa está participando de um pregão de um órgão público, cujo objeto é o fornecimento de materiais de expediente para uma secretaria do governo. A empresa deseja apresentar um recurso ao pregoeiro por discordar de uma decisão que foi tomada ao longo do processo.

Sobre essa situação, e levando em consideração os dispositivos da Lei Federal n.º 10.520/02 (Lei do Pregão), assinale a alternativa CORRETA.

- a) Há apenas uma única oportunidade para a empresa manifestar sua intenção de recorrer durante a realização do pregão.
- b) É possível a interposição de recurso, logo após a fase de abertura e julgamento das propostas.
- c) O acolhimento do recurso por parte do pregoeiro acarretará a invalidação de todo o certame licitatório.
- d) O prazo de apresentação das razões de recurso será de 5 dias úteis.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Processo Administrativo - Lei 9.784/99

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 32

62. [Q2802557] A Lei n.º 9.784/99 tem o propósito de fazer com que os procedimentos internos da Administração Pública sejam padronizados, além de mostrar para a sociedade civil como funciona a tomada de decisão dos órgãos que formam a Administração Pública. As funções da Lei de Processo Administrativo, então, são as de criar uma carta de identidade e princípios da Administração Pública, estipular um núcleo de ordenamento jurídico dentro da administração do Estado e definir um estatuto da cidadania administrativa.

A respeito das disposições contidas na Lei n.º 9.784/99, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Pedidos de vários interessados com conteúdo e fundamentos idênticos podem ser formulados em um único requerimento.
- b) Os atos administrativos produzidos por escrito devem conter a assinatura da autoridade competente, sendo imprescindível o reconhecimento de firma.
- c) É possível a aplicação retroativa de uma nova interpretação legal feita pela Administração Pública.
- d) A revisão do processo administrativo prescreve 5 anos após a decisão final tomada.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Processo Administrativo - Lei 9.784/99

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 33

63. [Q2802560] Sobre a lei do Processo Administrativo Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em caso de risco iminente, é defeso à Administração adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- b) A convalidação de um ato administrativo dispensa a motivação para a sua prática.
- c) A Administração não necessita responder a todas as indagações feitas por aqueles que participaram de uma consulta pública promovida.
- d) Procedimentos administrativos que tenham como parte ou interessados pessoas com deficiência terão prioridade na tramitação.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Desvio de Finalidade > Abuso de Poder

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 34

64. [Q2802577] Determinado agente público que busque, na execução de ato administrativo, fim diverso do previsto pela lei, incorre em:

- a) Excesso de poder, espécie do gênero desvio de poder.
- b) Ilícito civil, exclusivamente.
- c) Desvio de poder, espécie do gênero abuso de poder.
- d) Ilícito administrativo que se caracteriza como excesso de poder.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Órgãos Públicos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 28

65. [Q2802526] É a unidade técnica ou administrativa que possuiu o dever de normatizar e/ou coordenar certas atividades das unidades do Governo ou de um determinado sistema. Instituição designada como coordenadora de um dos sistemas em que são divididas algumas das atividades da administração pública federal.

O texto acima define o conceito de:

- a) Órgão central.
- b) Órgão subordinado.
- c) Subórgão.
- d) Órgão executor.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Processo Administrativo - Lei 9.784/99

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 29

66. [Q2802529] Segundo a Lei n.º 9.784/99, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. Aplicando aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa. Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. O instituto é a unidade de verificação subordinada à personalidade jurídica. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de submissão de decisão.
- b) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. A entidade é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.
- c) Órgão é a unidade de atuação integrante somente da estrutura da Administração direta. O instituto é a unidade de verificação subordinada à personalidade jurídica. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de submissão para a decisão.
- d) Órgão é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta. O instituto é uma unidade de verificação subordinada à personalidade legislativa. Autoridade para o servidor ou agente público dotado de submissão de decisão.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Processo Administrativo - Lei 9.784/99

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 30

67. [Q2802532] Considere a Lei n.º 9.784/99 que administração pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Nos processos administrativos serão observados os critérios:

I- Atuação conforme a lei e o Direito.

II- Atuação segundo padrões éticos de probidade, decore e boa-fé.

III- Objetividade no atendimento do interesse pessoal, garantindo a promoção pessoal de agentes e autoridades.

IV- Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administradores.

Julgue os critérios elencados.

- a) I e II estão incorretos.
- b) Apenas o III está incorreto.
- c) Apenas o IV está incorreto.
- d) Apenas o II está incorreto.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 11

68. [Q2802461] Consoante os ditames da Lei n.º 8.429/1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O mero exercício da função pública, com comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Desde que integre a administração indireta, estão sujeitos às sanções da mencionada Lei, os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação o erário haja concorrido.
- c) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada.

- d)** As disposições da Lei referida são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 12

- 69. [Q2802463]** De acordo com o texto da Lei n.º 8.429/1992 (Lei da Improbidade Administrativa), assinale a alternativa CORRETA dentre as apresentadas abaixo.

- a)** Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- b)** A rejeição por parte da autoridade pública, impede que haja representação ao Ministério Público.
- c)** A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- d)** A representação, que será escrita ou reduzida a termo e assinada, não poderá conter a qualificação do representante, a fim de protegê-lo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 13

- 70. [Q2802468]** No que concerne ao disposto pela Lei n.º 8.429/1992 acerca da ação para aplicação das sanções previstas na referida norma, assinale a alternativa CORRETA.

- a)** A ação referida deverá ser proposta perante o foro do local de domicílio do réu.
- b)** A propositura da mencionada ação não prevenirá a competência do juízo.
- c)** Da decisão que rejeitar questões preliminares suscitadas pelo réu em sua contestação caberá agravo de instrumento.
- d)** Uma vez citados, os requeridos deverão contestar a inicial no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Processo Administrativo - Lei 9.784/99

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 15

- 71. [Q2802475]** Segundo a Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a)** Os preceitos da referida Lei não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União.
- b)** O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.
- c)** Para fins de aplicação da mencionada Lei, considera-se entidade a unidade de atuação, ainda que não dotada de personalidade jurídica.
- d)** O administrado tem direito a ter vista dos autos, mas não poderá obter cópias de documentos neles contidos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 12

72. [Q2802298] Assinale a alternativa que contenha conduta tipificada na Lei de Improbidade Administrativa como prática de enriquecimento ilícito.

- a) Facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades públicas.
- b) Doar à pessoa física ou jurídica, bem como ao ente despersonalizado, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades públicas.
- c) Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- d) Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Administração Pública

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 13

73. [Q2802303] “(...) do ponto de vista sociológico, o Estado é corporação territorial dotada de um poder de mando originário; sob o aspecto político, é comunidade de homens, fixada sobre um território, com poder superior de ação, mando e coerção; sob o prisma constitucional, é pessoa jurídica territorial soberana.” (Hely Lopes Meirelles).

A respeito dos conceitos de estado, governo e administração pública, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A concepção de administração pública, em sentido estrito, diz respeito ao conjunto de entidades, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa do Estado.
- b) O governo é o conjunto de Poderes e órgãos responsáveis pela função jurídica do Estado.
- c) O governo relaciona-se com o aparelho que o Estado possui para conseguir executar as políticas.
- d) No sentido estrito de Administração Pública, os órgãos governamentais são encarregados de direcionar as políticas públicas, assim como cabe aos órgãos administrativos executar.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Extinção dos Atos Administrativos (ou desfazimento)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 14

74. [Q2802316] Sobre a extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A convalidação pode ser aplicada em atos vinculados que geram direitos subjetivos aos particulares em que se percebeu lesão ao interesse público.
- b) A anulação pode ser aplicada quando o beneficiário do ato não cumpre condições fixadas pela Administração.
- c) A cassação pode ser aplicada quando detectada ilegalidade superveniente imputada ao beneficiário do ato.
- d) A revogação pode ser aplicada quando o ato administrativo é tornado inválido em seus efeitos, tanto antes como após o momento da sua extinção.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Avocação de competências

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 36

75. [Q2802589] Modernamente, conceitua-se a hierarquia como a ordenação vertical de chefias e serviços de determinada entidade pública ou privada, tendo por fim a organização administrativa escalonada dos trabalhadores, de acordo com uma relação predefinida de subordinação, de forma a aperfeiçoar os trabalhos visando à apresentação do produto final ou serviço, a seu usuário. Pode-se conceituar poder hierárquico como poder vinculado e legalmente outorgado à Administração Pública para se autoorganizar, ou seja, é aquele que confere à Administração a capacidade de ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas em seu âmbito interno.

Portanto, na aplicação do poder hierárquico no âmbito da administração pública, um determinado diretor de repartição pode substituir-se ao seu subordinado, chamando para si atribuições que originariamente não são suas, mas do subordinado. A isso dá-se o nome de:

- a) Delegação.
- b) Revisão.
- c) Avocação.
- d) Fiscalização.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Sistema de Registro de Preços (SRP) - Decreto n. 7.892/2013

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 38

76. [Q2802602] O Sistema de Registro de Preços, no âmbito da administração pública, poderá ser adotado nas hipóteses previstas em lei. Assinale a alternativa que NÃO contém uma dessas hipóteses.

- a) Quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes.
- b) Quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.
- c) Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.
- d) Quando, dentro da região do ente federativo, for decretada situação de calamidade pública.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Regime Diferenciado de Contratações públicas (RDC) - Lei n. 12.462/2011

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 39

77. [Q2802605] “A Lei nº 12.462/2011, chamada Lei do RDC, trouxe acaloradas discussões jurídicas sobre o tema das licitações públicas, não restritas à comunidade acadêmica ou a operadores do Direito. Logo de início, foram apontadas flagrantes inconstitucionalidades na lei, com a promoção de exacerbados debates relacionados ao receio sobre a adequada aplicação de suas inovações e a um possível descontrole dos gastos públicos. Passada a euforia, verificou-se procedência de algumas críticas, porém também se observou que a novel legislação trouxe importantes e esperadas soluções para a Administração Pública desenvolver o mister da atividade administrativa relacionada às aquisições públicas. Nas palavras do ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, a lei representou “uma evolução em relação à 8.666 e ponta de lança para um novo regime”, na medida em que permitiu “licitações mais transparentes, mais rápidas e eventualmente por preços menores”, tornando-se, assim, propulsora de mudança no âmbito das licitações e contratações públicas.”

FONTE: <https://jus.com.br/>

Diante do contexto supracitado, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Lei n.º 12.462/2011.

- a) O RDC não se aplica as ações no âmbito da segurança pública.
- b) A opção pelo RDC não precisa constar de forma expressa do instrumento convocatório, apenas no contrato.
- c) Empreitada por preço global ocorre quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
- d) Uma das diretrizes do RDC é a padronização do objeto da contratação relativamente às especificações técnicas e de desempenho e, quando for o caso, às condições de manutenção, assistência técnica e de garantia oferecidas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Regime Diferenciado de Contratações públicas (RDC) - Lei n. 12.462/2011

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 40

78. [Q2802608] A respeito das regras aplicáveis às licitações no âmbito do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), no que tange ao objeto da licitação, assinale a alternativa INCORRETA de acordo com os dispositivos da Lei n.º 12.462/2011.

- a) É vedada a realização, sem projeto executivo, de obras e serviços de engenharia para cuja concretização tenha sido utilizado o RDC, qualquer que seja o regime adotado.
- b) O objeto da licitação deverá ser definido de forma clara e precisa no instrumento convocatório, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias.
- c) No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.
- d) Na execução indireta de obras e serviços de engenharia é admitido o regime de maior retorno econômico.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei n.º 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 41

79. [Q2802621] Sobre o Processo Licitatório disposto na Lei n.º 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) As licitações serão realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.
- b) A primeira fase do processo de licitação é a habilitação.
- c) O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 40% (quarenta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificção.
- d) Os atos praticados no processo licitatório são sigilosos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei n.º 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 42

80. [Q2802631] Acerca das modalidades de licitação, conforme a Lei 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São modalidades de licitação a concorrência, o pregão, a tomada de preços e o concurso.
- b) O leilão não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

- c) Se optar pela realização de leilão por intermédio de leiloeiro oficial, a Administração deverá selecioná-lo mediante credenciamento ou licitação na modalidade concorrência e adotar o critério de julgamento de menor preço para as comissões a serem cobradas, utilizados como parâmetro máximo os percentuais definidos na lei que regula a referida profissão e observados os valores dos bens a serem leiloados.
- d) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração poderá revelar a outros licitantes as soluções propostas, mas não as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 43

81. [Q2802636] Sobre as licitações internacionais, assinale a alternativa INCORRETA conforme a Lei 14.133/2021:

- a) Nas licitações de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.
- b) Os gravames incidentes sobre os preços constarão do edital e serão definidos a partir de estimativas ou médias dos tributos.
- c) Quando for permitido ao licitante estrangeiro cotar preço em moeda estrangeira, o licitante brasileiro igualmente poderá fazê-lo.
- d) As propostas de todos os licitantes estarão sujeitas a regras distintas e condições particulares, conforme o caso.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 44

82. [Q2802641] No que se refere ao Registro Cadastral, de acordo com a Lei 14.133/2021, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Ao inscrito será fornecido certificado, renovável sempre que atualizar o registro.
- b) É garantida a exigência, pelo órgão ou entidade licitante, de registro cadastral complementar para acesso a edital e anexos.
- c) O sistema de registro cadastral unificado será sigiloso.
- d) Ao requerer, a qualquer tempo, a atualização da inscrição no cadastro, o interessado não precisará fornecer os elementos exigidos para habilitação.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 45

83. [Q2802643] Acerca da Improbidade Administrativa, assinale a alternativa CORRETA conforme disposição da Lei 14.230/2021.

- a) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- b) Configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- c) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estão sujeitos à obrigação de repará-lo em sua integralidade.
- d) Configurar a improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Responsabilidade Civil do Estado > Sanções Cabíveis > Administração Pública (artigos 37 a 43 da CF) > Disposições gerais (artigo 37 da CF) > Servidores Públicos (artigos 39 a 41 da CF) > Regime previdenciário dos servidores públicos (artigo 40 da CF) > Improbidade Administrativa > Regime de Previdência dos Servidores Públicos > Prescrição > Direito Administrativo > Agentes Públicos > Improbidade Administrativa - Lei 8.429/92 e suas alterações

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 47

84. [Q2802651] No que diz respeito à Administração Pública, conforme as disposições da Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
- c) É vedada a incorporação de vantagens de caráter permanente e garantida a de caráter temporário.
- d) Poderão ser estabelecidos através de lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Poder de Polícia

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 35

85. [Q2802583] A partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade, foi necessário criar normas e regulamentos para se condicionar o bem-estar da coletividade. Para alcançar esse objetivo, foram criadas as Constituições e as leis infraconstitucionais, dando aos cidadãos vários direitos, mas o exercício desses direitos deveria ser compatível com o bem-estar social. O uso da liberdade e da propriedade deveria estar entrosado com a utilidade coletiva, para que não implicasse em uma barreira à realização dos objetivos públicos. Foram, portanto, condicionados os direitos individuais diretamente nas leis, e quando a lei não especifica determinado direito ou limitação a esse direito, incumbe a Administração Pública reconhecer e averiguar.

Nesse contexto, o poder de polícia destina-se assegurar o bem-estar geral, impedindo, através de ordens, proibições e apreensões, o exercício antissocial dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade, ou a prática de atividades prejudiciais à coletividade.

Assinale a alternativa que contém uma característica inerente ao poder de polícia.

- a) Não precisa, necessariamente, ser exercido nos limites da lei, gerando a possibilidade de cobrança de taxa.
- b) Confere ao Estado a possibilidade de limitar o exercício da liberdade ou das faculdades de determinado proprietário.
- c) Para atingir os seus objetivos maiores, em prol da predominância do interesse público pode afastar a razoabilidade.
- d) Sempre se instrumentaliza por meio de alvará de autorização.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Descentralização

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 50

86. [Q2802585] A Administração Pública se divide em Administração Pública direta e indireta: A Administração Pública indireta é composta por entes com personalidade jurídica, que são criados pela Administração Pública direta, para que esta possa transferir aos entes algumas das suas competências, visando à eficiência e à qualidade dos serviços públicos. Os entes integrantes da Administração Pública indireta são as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Quando a Administração Pública direta cria pessoas jurídicas especializadas para a transferência da prestação de determinados serviços, diz que há a centralização.
- b) Existem duas espécies de descentralização: a descentralização política e a descentralização administrativa. A descentralização administrativa se dá quando a pessoa descentralizada possui autonomia para execução de suas atividades, com possibilidade de elaboração das próprias leis; possuem uma legitimidade que decorre da própria Constituição.
- c) A descentralização ocorre quando a distribuição de competências é feita de maneira inteira, ou seja, dentro da mesma pessoa jurídica.
- d) O objetivo da descentralização é proporcionar maior eficiência à prestação de serviços públicos, uma vez que ela será realizada por entes especializados, que se dedicarão, de forma específica, àquela finalidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Elementos, Requisitos e Pressupostos dos Atos Administrativos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 11

87. [Q2926008] Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao requisito do ato administrativo:

- a) Nenhum ato deve ser praticado voltado para satisfazer o interesse público, tratando-se, por isso, de requisito vinculado, pois se admite fim diverso.
- b) A competência é o poder atribuído ao agente público para o desempenho de suas funções. Trata-se de atribuição improrrogável, uma vez que o seu não exercício não a extingue pelo desuso.
- c) A presença de motivação, quando a lei exige, é defeito de forma do ato, pois motivação é informal.
- d) O objeto do ato administrativo está ligado aos efeitos imediatos decorrentes do ato.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Administrativo > Princípios Expressos ou explícitos na Constituição

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 16

88. [Q2926012] Supondo que em determinado município tenha sido expedido um certo decreto municipal concernente a Fiscais de Postura, e que tal norma esteja enfrentando críticas por parte de seus munícipes, tendo em vista que: I – favorece apenas a família do prefeito; e II – impõe deveres gerais aos moradores não previstos em lei.

Neste caso, os princípios administrativos ofendidos na situação hipotética descrita são, respectivamente:

- a) Competência e finalidade.
- b) Razoabilidade e proporcionalidade.
- c) Impessoalidade e legalidade.
- d) Moralidade e publicidade.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2024 / Prefeitura de Tabuleiro do Norte - CE / Agente Administrativo / Questão: 28

89. [Q3303536] Acerca dos princípios fundamentais contidos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e dos Territórios.
- b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos desta Constituição.

- c) São Poderes da União, subordinados e harmônicos, entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- d) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Visitador / Questão: 25

90. [Q3122727] Sobre o financiamento da seguridade social, de que trata o artigo 195 da Constituição Federativa do Brasil, julgue os itens a seguir:

I- A seguridade social também será financiada pelas contribuições sociais do trabalhador e dos demais

segurados da previdência social, inclusive dos aposentados e pensionistas do Regime Geral de Previdência Social.

II- A seguridade social também será financiada por recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

III- A seguridade social também será financiada pelas contribuições sociais do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, excetuando-se aquelas sem vínculo empregatício.

IV- A seguridade social também será financiada pelas contribuições sociais do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.

Agora assinale a alternativa CORRETA:

- a) Estão corretos os itens I e III.
- b) Estão corretos os itens I, II e III.
- c) Estão corretos os itens II e IV.
- d) Estão corretos os itens I e IV.
- e) Estão corretos os itens II e III.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF) > Direitos Políticos Positivos > Capacidade Eleitoral Passiva

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente Administrativo / Questão: 13

91. [Q3144648] Considere:

I. Altair, brasileiro naturalizado, 47 anos de idade.

II. Carla, brasileira nata, 30 anos de idade.

III. Zico, brasileiro nato, 40 anos de idade.

De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas, sendo as demais condições de elegibilidade atendidas, é possível a candidatura ao cargo de Presidente da República de

- a) Altair, apenas.

- b) Carla e Zico, apenas.
- c) Altair, Carla e Zico.
- d) Zico, apenas.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Fundamentos da República Federativa do Brasil - formas de Estado, formas de governo, sistemas de governo, regimes de governo. Poder: titularidade x exercício (artigo 1º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Guarda Municipal / Questão: 23

92. [Q2917495] O art. 1º da Constituição da República Federativa do Brasil estabeleceu o Estado Democrático de Direito, sendo um dos seus fundamentos o princípio da dignidade da pessoa humana (CF/88. art. 1º. III). segundo o qual:

- a) Em matéria penal, só a lei, em seu sentido mais estrito, pode definir crimes e cominar penas.
- b) Para que haja crime e seja imposta pena, é preciso que o fato tenha sido cometido depois de a lei entrar em vigor.
- c) É materialmente inconstitucional uma lei que degrade ou desumanize o ser humano, bem como lhe venha a afetar as condições existenciais mínimas para uma vida saudável.
- d) Uma lei permanece em vigor enquanto não vier outra que a revogue.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Idioma e símbolos oficiais (artigo 13 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Teutônia - RS / Técnico em Enfermagem / Questão: 20

93. [Q3014190] São símbolos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- a) Palácio do Planalto.
- b) Selo nacional.
- c) Armas.
- d) Hino.
- e) Bandeira.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Órgãos da segurança pública > Segurança pública ou segurança pública: organização da segurança pública (artigo 144 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 23

94. [Q3178561] O art. 144, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, normatiza que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio. Isto se dará através de diversos órgãos, como, por exemplo, Polícia Federal, organizada e mantida pela União, e Polícia Civil, a quem, ressalvada a competência da União, compete as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares. A respeito das atribuições dos órgãos elencados do art. 144, da CF/88, assinale a alternativa CORRETA.

- a) À Polícia Federal, compete a prevenção e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- b) Às Polícias Militares, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a quem pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- c) Às Polícias Penais, compete apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de cujas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e tenha repercussão interestadual ou internacional e lei.

d) Às Polícias Penais, cabe exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 21

95. [Q3121937] Nos termos do *caput* do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Assinale, dentre as opções abaixo, a alternativa CORRETA:

- a)** A inviolabilidade do direito à propriedade abrange exclusivamente bens móveis registrados.
- b)** A igualdade perante a lei não se aplica a situações de discriminação por orientação sexual.
- c)** O direito à segurança engloba apenas medidas estatais de proteção contra a criminalidade.
- d)** A inviolabilidade do direito à vida permite a aplicação da pena de morte em casos excepcionais.
- e)** A liberdade de expressão pode ser limitada em situações que envolvam crimes contra a honra e os resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 22

96. [Q3121938] Com base no princípio inscrito no inciso XXXIX, do art. 5º, da Constituição Federal de 1988 (“não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”), assinale a alternativa CORRETA:

- a)** A retroatividade da lei penal mais benéfica não se aplica a condenações transitadas em julgado.
- b)** Em Direito Penal, a analogia é admitida desde que sua aplicação seja favorável ao réu e haja efetiva lacuna legal a ser preenchida.
- c)** A aplicação da pena de multa não depende de prévia cominação legal.
- d)** Mesmo que uma nova lei defina que determinado fato não é mais criminoso, não há extinção da punibilidade do agente, pois esta nova lei não retroage e não abrange os fatos realizados até então.
- e)** O princípio da insignificância aplica-se a crimes cometidos mediante violência ou grave ameaça.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Organização político-administrativa (artigos 18 e 19)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 24

97. [Q3121942] Com base no art. 19, da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a organização político-administrativa e a liberdade religiosa, assinale a alternativa CORRETA:

- a)** A Constituição Federal permite que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabeleçam cultos religiosos oficiais, desde que não haja subvenção financeira.
- b)** Os Estados e Municípios podem embaraçar o funcionamento de igrejas, desde que justifiquem a necessidade por razões de segurança pública.
- c)** É permitida a colaboração de interesse público entre entidades religiosas e os entes federativos.
- d)** A restrição ao estabelecimento de relações de dependência ou aliança com entidades religiosas não se aplica a órgãos públicos que promovem eventos culturais de cunho religioso.
- e)**

O Poder Público pode subvencionar e manter relações de dependência com cultos religiosos caso haja concordância majoritária da população local.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Segurança pública ou segurança pública: organização da segurança pública (artigo 144 da CF) > Órgãos da segurança pública

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Olinda - PE / Guarda Civil Municipal / Questão: 25

98. [Q3121944] Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta INCORRETAMENTE órgão de segurança pública, nos termos do *caput* do art. 144, da Constituição Federal de 1988:

- a) Polícia Federal.
- b) Polícia Rodoviária Federal.
- c) Polícia Ferroviária Federal.
- d) Guarda Civil Municipal.
- e) Polícias Cíveis.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 11

99. [Q3165304] Com relação ao princípio da igualdade, esse pode ser compreendido por dois sentidos, conforme interpretação deduzida da Constituição Federal pela maior parte da doutrina e reforçada em diversos casos pelos tribunais. Nesse sentido, assinale qual alternativa traz ambos os formatos e exemplos condizentes com as suas respectivas definições.

- a) Formal: Cotas para pessoas em grupos vulneráveis em concursos públicos e; Material: Necessidade de adequar as salas de aula para pessoas portadoras de deficiência.
- b) Formal : Todos são iguais perante a lei e; Material: Cotas para pessoas em grupos vulneráveis em concursos públicos.
- c) Material: Proibição da cobrança de valores extras para pessoas com deficiência terem acesso à educação e; Objetiva: Necessidade de adequar as salas de aula para pessoas portadoras de deficiência.
- d) Formal: Proibição da cobrança de valores extras para pessoas com deficiência terem acesso à educação e; Objetiva: Todos são iguais perante a

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Agente de Trânsito / Questão: 12

100. [Q3165307] Conforme a Constituição Federal, assinale CORRETAMENTE qual alternativa define o tipo de rol que a doutrina majoritária e o Supremo Tribunal Federal consideram os direitos e deveres individuais e coletivos previstos no art.5º.

- a) Taxativo.
- b) Restritivo.
- c) Aglutinador.
- d) Exemplificativo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Poderes do Estado e as respectivas funções ou mecanismo de freios e contrapesos ou harmonia e independência entre os Poderes (artigo 2º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 11

101. [Q3120729] Conforme Carta Magna, são poderes da União.

- a) O Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a União, dependentes entre si.
- b) O Legislativo, o Executivo, o Judiciário e com Congresso Nacional, independentes e harmônicos entre si.
- c) O Legislativo, o Executivo, o Judiciário e a União, iguais entre si.
- d) O Legislativo, o Executivo e o Judiciário independentes e harmônicos entre si.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 12

102. [Q3120730] Analise as sentenças a seguir, de acordo com as normas constitucionais vigentes.

I- Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

II- É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização apenas por dano material e moral.

III- É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial ou administrativa.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas os itens II e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- c) Apenas os itens I e II estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Consórcio Intermunicipal de Saúde Costa Oeste do Paraná CISCOPAR - PR / Técnico em Laboratório / Questão: 13

103. [Q3120731] Quem pratica o crime de racismo sujeita-se à pena de reclusão, nos termos da lei. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA, conforme norma constitucional.

- a) Constitui crime inafiançável e imprescritível.
- b) Constitui apenas crime inafiançável.
- c) Constitui crime inafiançável e prescritível.
- d) Constitui crime afiançável e imprescritível.

104. [Q3120735] Analise o enunciado a seguir, observando a lacuna nele existente.

Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e após encaminhadas à Justiça Eleitoral _____ antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE a lacuna, de acordo com a norma constitucional vigente.

- a) Até 60 (sessenta) dias.
- b) Até 90 (noventa) dias.
- c) Até 30 (trinta) dias.
- d) Até 120 (cento e vinte) dias.

105. [Q3120736] A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei. Neste contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve semestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- b) O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve bimestralmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- c) O controle externo da Câmara Municipal será exercido apenas com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município.
- d) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

106. [Q2924452] O art. 5º, da Constituição Federal de 1988, assegura expressamente:

I- A inviolabilidade e da liberdade de consciência e de crença.

II- A prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

III- A liberdade de locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.

IV- A liberdade de associação para fins ilícitos inclusive as de caráter paramilitar.

Pode-se afirmar que estão CORRETAS as assertivas.

- a) I, II, III e IV.
- b) I, II e III.
- c) II e IV.
- d) I e III.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Pacajus - CE / Guarda Municipal / Questão: 33

107. [Q2924459] Nos termos do art. 5º, XI, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a casa é asilo inviolável do indivíduo, não podendo ninguém nela penetrar sem o consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito. ou:

- a) Desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.
- b) Para prestar socorro em caso de desastre ou durante o dia, por determinação judicial.
- c) Durante o dia, por determinação judicial.
- d) Desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, sem determinação judicial.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Teoria Geral dos Direitos Fundamentais

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacaré - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 15

108. [Q2820905] Assinale a alternativa CORRETA sobre o que a doutrina e jurisprudência têm afirmado quanto ao princípio da isonomia na ordem jurídica pátria.

- a) A igualdade material é aquela escrita, expressa na Constituição e nas leis infraconstitucionais
- b) A igualdade formal é aquela encontrada nos fatos concretos, que exigem tratamento desigual para pessoas desiguais, na proporção de suas desigualdades.
- c) Razoabilidade e proporcionalidade em nada se relacionam com a igualdade material.
- d) A isonomia vincula, incondicionalmente, todas as manifestações do Poder Público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Competência dos municípios (artigo 30 da CF) > Municípios (artigos 29 a 31 da CF) > Competências dos municípios > Repartição de competências (artigos 21 a 25, 30 e 32)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacaré - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 14

109. [Q2820904] Segundo as normas constitucionais vigentes, assinale a alternativa CORRETA que representa uma competência municipal:

- a) Organizar e prestar, exclusivamente de forma direta, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter secundário.
- b) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- c) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental e médio.
- d) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sempre com a prestação de contas e publicação de balancetes de acordo com a vontade do executivo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Tributário > Princípios Constitucionais Tributários > Imunidade Cultural > Espécies de Imunidades Tributárias > Imunidades Tributárias > Princípios Constitucionais Tributários > Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar > Limitações do poder de tributar ou limitações do poder de tributar (artigos 150 a 152 da CF) > Sistema tributário nacional (artigos 145 a 162 da CF) > Direito Constitucional

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 30

110. [Q2820920] Sobre as limitações ao poder de tributar, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir, aumentar ou reduzir tributo sem lei que o estabeleça.
- b) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre templos de qualquer culto.
- c) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- d) É permitido à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Da União para os Estados e DF > Repartição das Receitas Tributárias (Discriminação de Rendas) > Transferências Diretas > Direito Tributário > Casos de Repartição na CF/88 > Sistema tributário nacional (artigos 145 a 162 da CF) > Repartição de receitas tributárias (artigos 157 a 162 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 31

111. [Q2820921] No que se refere à repartição das receitas tributárias, conforme a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pertence aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
- b) Pertencem aos Municípios vinte por cento do produto da arrecadação do imposto que a União instituir no exercício da competência que lhe é atribuída.
- c) Os Estados entregarão aos respectivos Municípios trinta por cento dos recursos que receberem.
- d) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o quinto dia do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar, e a expressão numérica dos critérios de rateio.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária da União

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 33

112. [Q2820923] De acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA acerca da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária:

- a) O Tribunal encaminhará ao Congresso Nacional, semestral e anualmente, relatório de suas atividades.
- b) O Tribunal de Contas da União, integrado por doze Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual.
- c) As Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por nove Conselheiros.
- d) Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.

113. [Q2820924] Sobre as finanças públicas, assinale a alternativa CORRETA em acordo com o texto constitucional:

- a) O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- b) A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- c) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Tribunal de Contas.
- d) As disponibilidades de caixa da União, bem como as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, serão depositadas no banco central.

114. [Q2820925] Acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
- b) É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- c) Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- d) A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a mediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

115. [Q2820867] Com relação ao princípio da igualdade, esse pode ser compreendido por dois sentidos, conforme interpretação deduzida da Constituição Federal pela maior parte da doutrina e reforçada em diversos casos pelos tribunais. Nesse sentido, assinale a alternativa que traz ambos os formatos e exemplos condizentes com as suas respectivas definições.

- a) Formal: Proibição da cobrança de valores extras para pessoas com deficiência terem acesso à educação e; Objetiva: Todos são iguais perante a lei.
- b) Formal: Cotas para pessoas em grupos vulneráveis em concursos públicos e; Material: Necessidade de adequar as salas de aula para pessoas portadoras de deficiência.
- c) Formal: Todos são iguais perante a lei e; Material: Cotas em concursos públicos para pessoas de grupos vulneráveis.
- d) Material: Proibição da cobrança de valores extras para pessoas com deficiência terem acesso à educação e; Objetiva: Necessidade de adequar as salas de aula para pessoas portadoras de deficiência.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Características dos Direitos Fundamentais > Direitos e deveres individuais e coletivos ou direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (artigo 5º da CF) > Teoria Geral dos Direitos Fundamentais

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente de Desenvolvimento Infantil / Questão: 18

116. [Q2820868] Conforme a Constituição Federal, assinale CORRETAMENTE qual alternativa define o tipo de rol que a doutrina majoritária e o Supremo Tribunal Federal consideram os direitos e deveres individuais e coletivos previstos no art. 5º.

- a) Taxativo.
- b) Restritivo.
- c) Aglutinador.
- d) Exemplificativo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Segurança pública ou segurança pública: organização da segurança pública (artigo 144 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 24

117. [Q2820934] O art. 144, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, normatiza que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e patrimônio. Isto se dará através de diversos órgãos, como, por exemplo, Polícia Federal, organizada e mantida pela União, e Polícia Civil a quem, ressalvada a competência da União, compete as funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares. A respeito das atribuições dos órgãos elencados no art. 144, da CF/88, assinale a alternativa CORRETA.

- a) À Polícia Federal, compete a prevenção e o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.
- b) Às Polícias Militares, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- c) Às Polícias Penais, compete apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de cujas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.
- d) Às Polícias Penais, cabe exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Lei Complementar > Considerações Gerais sobre os Empréstimos Compulsórios > Sistema tributário nacional (artigos 145 a 162 da CF) > Princípios gerais (artigos 145 a 149-C da CF) > Impostos da União (artigos 153 e 154 da CF) > Direito Tributário > Princípio da Legalidade (Reserva Legal / Tipicidade Tributária) > Empréstimos compulsórios > Conceitos básicos sobre Direito Tributário > Princípios Constitucionais Tributários

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Fiscal de Tributos / Questão: 36

118. [Q2820926] Sobre o Sistema Tributário Nacional, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.
- b) Competem à União, em Território Federal, os impostos estaduais e, se o Território for dividido em Municípios, cumulativamente, os impostos municipais; ao Distrito Federal cabem os impostos municipais.
- c) A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório será desvinculada da despesa que fundamentou sua instituição.
- d) A pessoa natural destinatária das operações de importação não poderá ser equiparada à pessoa jurídica.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Disposições gerais (artigo 37 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 1

119. [Q2831223] Assinale a alternativa que NÃO está conforme os dizeres de nossa Constituição Federal de 1988 acerca da administração pública.

- a) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- b) Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- c) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- d) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Acumulação de cargos e de empregos públicos

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 2

120. [Q2831227] Quanto aos ditames de nossa Constituição Federal de 1988 sobre a acumulação de cargos públicos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A proibição de acumular cargos abrange as subsidiárias das sociedades de economia mista.
- b) A proibição de acumular cargos não se estende a empregos e funções.
- c) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, mesmo quando houver compatibilidade de horários.
- d) Não se admite a acumulação de um cargo de professor com outro técnico.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (artigo 7º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 10

121. [Q2831243] No que tange ao disposto em nossa vigente Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos sociais, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.
- b) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- c) É assegurado o direito de greve, competindo ao Poder Público decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- d) Nas empresas de mais de cem empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Brasileiros natos e naturalizados

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 11

122. [Q2831244] Conforme o texto de nossa Constituição Federal de 1988, serão considerados brasileiros natos:

- a) Os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
- b) Os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- c) Os nascidos no exterior de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que registrados em repartição estrangeira competente.
- d) Os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, ainda que não venham a residir na República Federativa do Brasil, mas optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 12

123. [Q2831250] À luz do que dispõe nosso vigente texto constitucional a respeito dos direitos políticos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para o cargo de vice-governador de Estado e do Distrito Federal.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até dois meses antes do pleito.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da divulgação do resultado da eleição.
- d) Por força do princípio da publicidade, a ação de impugnação de mandato não poderá tramitar em segredo de justiça.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Tributário > Imunidades Tributárias > Direito Constitucional > Imunidades Tributárias

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 14

124. [Q2831254] Tendo em vista as disposições tributárias constantes em nossa Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativas a contribuições, poderão ser concedidas mediante decreto
- b) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Municípios.
- c) Poderá ser atribuída ao sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, vedada a restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.
- d) Os Estados poderão estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Constituição do Estado do Pará

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 16

125. [Q2831258] De acordo com a Constituição do Estado do Pará, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O controle externo, a cargo do Tribunal de Contas do Estado, será exercido com o auxílio da Assembleia Legislativa.
- b) Compete ao Tribunal de Contas do Estado apreciar contas prestadas anualmente pelo Governador, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em noventa dias a contar de seu recebimento.
- c) Realizar, apenas mediante iniciativa própria, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária.
- d) Prestará contas qualquer pessoa jurídica privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Constituição do Estado do Pará

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 17

126. [Q2831263] A respeito do Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas dos Municípios, assinale a alternativa CORRETA de acordo com a Constituição do Estado do Pará.

- a) São integrados por 11 ministros.
- b) Tem jurisdição em todo território estadual, exceto na região metropolitana da capital.
- c) Cabem-lhe a iniciativa de leis que disponham sobre a extinção de cargos de suas secretarias.
- d) Não possuem quadro próprio de pessoal.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Direitos Políticos (artigos 14 a 16 da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 23

127. [Q2831292] De acordo com os dispositivos da Constituição Federal de 1988, com relação aos direitos políticos, uma condenação penal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, acarreta:

- a) Decadência jurídica dos direitos políticos.
- b) Extinção dos direitos políticos.
- c) Cassação dos direitos políticos.
- d) Perda ou suspensão dos direitos políticos.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Ministério Público (artigos 127 a 130-A da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 24

128. [Q2831295] Instituição permanente, incumbida da defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Tais características referem-se (a)à:

- a) Advocacia pública.
- b) Poder judiciário.
- c) Ministério público.
- d) Defensoria pública.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Defensoria Pública (artigos 134 e 135 da CF)

129. [Q2831298] É direito fundamental a prestação, pelo Poder Público, de assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. A Função Essencial à Justiça que deve se responsabilizar pela prestação desse direito, em essência, é:

- a) Ordem dos advogados do Brasil.
- b) Defensoria pública.
- c) Advocacia pública.
- d) Ministério Público.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Organização político-administrativa (artigos 18 e 19)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Tribunal de Contas dos Municípios do Pará TCM PA - PA / Técnico de Controle Externo / Questão: 26

130. [Q2831300] A Constituição Federal do Brasil de 1988 estabelece inúmeros dispositivos que tratam da organização político administrativa do Estado. A respeito desse assunto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Os recursos minerais do subsolo são de propriedade do município em que forem encontrados.
- b) Os estados podem incorporar-se entre si ou desmembrar-se para formarem novos territórios estaduais.
- c) A organização e a prestação de serviços de transporte rodoviário interestadual e local são de competência dos estados.
- d) Os territórios federais não são parte da composição da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Territórios ou territórios federais (artigo 33 da CF) > Formação de estados (incorporação, subdivisão e desmembramento > Organização político-administrativa (artigos 18 e 19) > Reorganização territorial - formação de novos estados, municípios e territórios federais ou alteração na estrutura da federação

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo I / Questão: 49

131. [Q2803762] Com relação da organização política administrativa é CORRETO afirmar:

- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, sem a aprovação da população, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- b) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- c) Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem não podem ser reguladas em lei complementar.
- d) A república federativa do Brasil mantém seus representantes nas relações de dependências na forma da lei.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Reorganização territorial - formação de novos estados, municípios e territórios federais ou alteração na estrutura da federação > Territórios ou territórios federais (artigo 33 da CF) > Formação de estados (incorporação, subdivisão e desmembramento > Organização político-administrativa (artigos 18 e 19)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 22

132. [Q2802512] Com relação a organização política administrativa é CORRETO afirmar:

- a)

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, sem a aprovação da população, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

- b)** A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos da Constituição.
- c)** Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem não podem ser reguladas em lei complementar.
- d)** A república federativa do Brasil mantém seus representantes nas relações de dependências na forma da lei.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Disposições gerais ou objetivos e financiamento da seguridade social (artigos 194 e 195 da CF) > Princípios da Seguridade Social > Da seguridade social (artigos 194 a 204) > Direito Previdenciário > Seguridade Social

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Técnico Administrativo / Questão: 27

133. [Q2802524] Um dos objetivos que precisam ser assegurados pelo Poder Público no âmbito da Seguridade Social é uma gestão por parte da administração que conta com atores específicos para essa função, aspecto previsto explicitamente na Constituição Federal. Nesse sentido, assinale a alternativa que, CORRETAMENTE, retrata o que foi previsto pelo constituinte.

- a)** Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão com participação dos trabalhadores, empregadores, aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.
- b)** Caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão com participação do Governo e Organizações do Terceiro Setor nos órgãos colegiados.
- c)** Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão com participação dos trabalhadores, empregadores, terceiro setor e do Governo nos órgãos colegiados.
- d)** Caráter democrático e centralizado da administração, mediante gestão com participação dos trabalhadores, empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Remédios constitucionais ou writs constitucionais ou ações constitucionais ou garantias constitucionais > Mandado de Segurança > Mandado de Injunção > Habeas Data

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 14

134. [Q2802473] Conforme os ditames de nossa Constituição Federal de 1988 acerca dos remédios constitucionais, assinale a alternativa que traz uma ação gratuita.

- a)** Mandado de segurança.
- b)** Habeas data.
- c)** Mandado de injunção.
- d)** Mandado de segurança coletivo.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Municípios (artigos 29 a 31 da CF) > Fiscalização do âmbito municipal

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 46

135. [Q2802648] De acordo com a Constituição Federal, sobre os Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a)** A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- b)**

O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- c) As contas dos Municípios ficarão, durante quarenta e cinco dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- d) É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (artigo 3º da CF) > Fundamentos da República Federativa do Brasil - formas de Estado, formas de governo, sistemas de governo, regimes de governo. Poder: titularidade x exercício (artigo 1º da CF)

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Maricá ICTIM - RJ / Analista I / Questão: 48

136. [Q2802655] Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa, assinale a alternativa INCORRETA conforme a Constituição Federal.

- a) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- b) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.
- c) Constitui Fundamento da República Federativa a dignidade da pessoa humana.
- d) Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil a independência nacional.

Disciplinas/Assuntos vinculados: Direito Constitucional > Competências dos municípios

Fonte: Consultoria Público-Privada - Instituto CONSULPAM 2023 / Prefeitura de Jacareí - SP / Agente da Mobilidade Urbana / Questão: 14

137. [Q2926010] Segundo as normas constitucionais vigentes, assinale a alternativa CORRETA que representa uma competência municipal:

- a) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sempre com a prestação de contas e publicação de balancetes de acordo com a vontade do executivo.
- b) Organizar e prestar, exclusivamente de forma direta, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter secundário.
- c) Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.
- d) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental e médio.

Gabarito

Criado em: 22/10/2024 às 10:04:32

(1 = c) (2 = d) (3 = d) (4 = c) (5 = b) (6 = b) (7 = b) (8 = c) (9 = d) (10 = b) (11 = a) (12 = d) (13 = b) (14 = c) (15 = c) (16 = e) (17 = d) (18 = c) (19 = b) (20 = c) (21 = a) (22 = d) (23 = c) (24 = e) (25 = a) (26 = a) (27 = c) (28 = d) (29 = a) (30 = a) (31 = d) (32 = c) (33 = a) (34 = a) (35 = a) (36 = a) (37 = b) (38 = d) (39 = b) (40 = a) (41 = a) (42 = c) (43 = c) (44 = a) (45 = c) (46 = d) (47 = a) (48 = a) (49 = b) (50 = b) (51 = c) (52 = c) (53 = c) (54 = d) (55 = b) (56 = a) (57 = a) (58 = c) (59 = d) (60 = d) (61 = a) (62 = a) (63 = d) (64 = c) (65 = a) (66 = b) (67 = b) (68 = d) (69 = a) (70 = c) (71 = b) (72 = d) (73 = a) (74 = c) (75 = c) (76 = d) (77 = d) (78 = d) (79 = a) (80 = b) (81 = d) (82 = a) (83 = a) (84 = b) (85 = b) (86 = d) (87 = d) (88 = c) (89 = d) (90 = c) (91 = b) (92 = c) (93 = a) (94 = a) (95 = e) (96 = b) (97 = c) (98 = d) (99 = b) (100 = d) (101 = d) (102 = b) (103 = a) (104 = b) (105 = d) (106 = b) (107 = a) (108 = d) (109 = b) (110 = c) (111 = a) (112 = d) (113 = b) (114 = d) (115 = c) (116 = d) (117 = a) (118 = a) (119 = d) (120 = a) (121 = a) (122 = b) (123 = a) (124 = b) (125 = d) (126 = c) (127 = d) (128 = c) (129 = b) (130 = d) (131 = b) (132 = b) (133 = a) (134 = b) (135 = c) (136 = d) (137 = c)